



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1

BOLETIM INFORMATICO N.º 47

Fevereiro de 2001

NOTAS

1. A próxima sessão do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) terá lugar no **dia 4 de Abril de 2001**, estando prevista para essa data a realização do movimento extraordinário de magistrados a que se refere o aviso divulgado em anexo (*anexo I*).

2. Encontra-se designada para esse mesmo dia, pelas 16 horas, na Sala das Sessões da Procuradoria-Geral da República, a **cerimónia de apresentação dos novos procuradores-adjuntos**, provenientes do XVII Curso Normal de Formação de Magistrados do Ministério Público.

3. Na reunião de inspectores efectuada em 5 de Fevereiro p.p. foram distribuídas as inspecções constantes do plano para o ano de 2001, divulgando-se também em anexo (*anexo III*) o resultado dessa distribuição.

4. Realizou-se no passado dia 8 de Fevereiro, no salão nobre do Supremo Tribunal de Justiça, sob a presidência de Sua Excelência o Presidente da República, a **Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial**.

A intervenção proferida, na ocasião, pelo Procurador-Geral da República consta em anexo (*anexo II*).

5. O procurador-adjunto Lic. *Jorge Albino Alves Costa* foi proposto pelo Procurador-Geral da República para o cargo de secretário da Procuradoria-Geral da República.

6. Realiza-se nos dias 19, 20 e 21 de Abril de 2001, em Tomar, a **V Conferência - Consumo e Justiça**, organizada pela Procuradoria-Geral da República e Instituto do Consumidor e subordinada aos seguintes temas: *Serviços públicos essenciais e a defesa dos direitos dos consumidores; Segurança e qualidade alimentar; e As contra-ordenações em matéria de defesa do consumidor e compatibilização das fases administrativa e judicial*.

Em anexo divulga-se o programa provisório (*anexo IV*).



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2

A TABELA

1. A tabela da sessão do CSMP efectuada no passado dia 21 de Fevereiro integrava um total de **40 pontos** dos quais 25 para serem apreciados em *Plenário* e 15 na *Secção Disciplinar*.

2. Na agenda de trabalho do *Plenário* estavam inscritos, para além do habitual ponto de antes da ordem do dia, os pontos seguintes: designação do procurador da República Lic. *José Luís Lopes da Mota* para a Unidade Provisória de Cooperação Judiciária (EUROJUST); um processo de inspecção; preparação de um movimento extraordinário de magistrados e aprovação do respectivo aviso; exposições apresentadas por um magistrado relatando diversas situações relacionadas com a sua pessoa; exposição da Ordem dos Advogados acerca das comarcas de Elvas, Estremoz, Ponte de Sor, Portalegre e Nisa; processo relacionado com um acidente em serviço; exposição de uma substituta do procurador-adjunto acerca do direito a férias e subsídio de férias; exposição do procurador da República coordenador do Círculo Judicial de Setúbal a propósito dos juízos de instrução criminal instalados naquela circunscrição judicial; pedido de autorização de um magistrado para frequência de curso de pós-graduação; acta de uma reunião dos procuradores da República do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa; 3 pedidos de concessão de licença especial para exercício de funções em Macau ; expediente diverso relacionado com processo onde foi aplicada a pena de demissão a um magistrado; destacamento de um procurador-adjunto para a comarca da Maia; autorização para dois procuradores-adjuntos exercerem funções no Gabinete de Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça; reclamação do movimento de magistrados realizado em 31-01-2001; pedido de autorização para um procurador da República integrar a Comissão de Protecção de Menores de Penela; ratificação do destacamento do procurador-adjunto Lic. *Carlos Manuel de Jesus Guerra* para a comarca de Pombal; expediente enviado pelo Ministério da Justiça e relacionado com um processo contra o Estado Português que correu termos no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) e projecto de despacho do Ministro da Justiça relativo à actualização dos subsídios de fixação e de compensação atribuídos aos magistrados.

3. Na tabela da ***Secção Disciplinar*** estavam, por sua vez, inscritos dois processos disciplinares, onze inquéritos disciplinares, uma participação relativa à actuação do



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3

Ministério Público no âmbito de inquérito pendente no DIAP de Lisboa e uma exposição subscrita por uma cidadã.

A SESSÃO EM RETROSPECTIVA

1. Não estiveram presentes a Prof.^a Doutora *Teresa Pizarro Beleza*, o Prof. Doutor *Pedro Bacelar de Vasconcelos*, a Dr.^a *Paula Teixeira da Cruz*, o Dr. *Dias Andrade* e o Dr. *Carlos Cadilha*.

2. Foram adiados doze pontos: 3 do *Plenário* e 9 da *Secção Disciplinar* (1 processo disciplinar e 6 inquéritos bem como a participação e a exposição acima mencionadas

PONTOS DAS AGENDAS

1. No período de antes da ordem do dia a Lic.^a *Joana Marques Vidal*, para além de ter proposto que o relatório anual de actividades do CSMP passe a conter informação mais circunstanciada do que tem constado do Relatório Anual da Procuradoria-Geral da República (PGR), referiu-se ainda à necessidade de avançar com a «informatização» dos movimentos de magistrados, com vista a agilizar as inerentes operações.

O Conselheiro Procurador-Geral da República deu notícia ao CSMP da última reunião do conselho de gestão do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e na qual foram tratados assuntos relativos à formação.

2. Na sequência do anteriormente deliberado acerca da antecipação do estágio dos procuradores-adjuntos estagiários do XVI Curso Normal de Formação de Magistrados, o Conselho, ponderando os graves efeitos para o serviço, decorrentes da falta de magistrados do Ministério Público em inúmeros lugares, decidiu proceder a um **movimento extraordinário** abrangendo tanto a nomeação daqueles novos magistrados como a promoção de procuradores da República bem como a transferência de procuradores da República e de procuradores-adjuntos.

Aquando da aprovação do respectivo aviso (*vide* anexo II), o Conselho deliberou, a título excepcional e por razões de paridade, autorizar todos os magistrados interessados a apresentarem, querendo, pedido de transferência para os lugares que pretendam.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4

3. Foi atribuída a classificação de *Muito Bom* à procuradora da República abrangida no processo de inspecção apreciado na sessão.

4. O CSMP **autorizou** o procurador da República Lic. *José Luís Lopes da Mota* a exercer, em comissão de serviço, o lugar de representante do Estado Português na Unidade Provisória de Cooperação Judiciária.

Foi ainda autorizada a nomeação do procurador-adjunto Lic. *Jorge Albino Alves Costa* para secretário da PGR.

5. Analisada a exposição apresentada por um magistrado acerca das mais diversas e inverosímeis situações, foi deliberado dar cumprimento ao disposto no artigo 146.º, n.º 2 do Estatuto do Ministério Público (EMP).

6. No caso da exposição apresentada por uma substituta do procurador-adjunto acerca dos direitos a férias e a subsídio de férias, o CSMP deliberou emitir parecer no sentido de que tanto aquela agente do Ministério Público não magistrada como os demais **substitutos do procurador-adjunto** têm «o direito ao gozo de férias pagas, tal como se estivessem ao serviço, a que acresce o respectivo subsídio, mas não o direito a receber remuneração durante todo o tempo de férias judiciais, uma vez que durante esse período, vigora o sistema de substituição dos magistrados através de turnos e não o previsto no artº 65º do Estatuto do Ministério Público».

7. O Conselho **tomou conhecimento** tanto da situação da comarca de Setúbal exposta pelo procurador da República coordenador nessa mesma comarca como da situação exposta pela Ordem dos Advogados por referência às comarcas de Elvas, Estremoz, Ponte de Sor, Portalegre e Nisa.

Para além disso foi, ainda, tomado conhecimento do expediente relacionado com um processo contra o Estado Português que correu termos no TEDH.

O CSMP tomou também conhecimento do resultado da reunião realizada no CEJ a propósito da introdução do «euro» na administração pública.

8. O procurador-adjunto Lic. *João José Davin Neves de Sousa* foi **autorizado** a frequentar o II curso de pós-graduação em criminologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

9. O CSMP tomou conhecimento da acta de uma reunião dos procuradores da República do DIAP de Lisboa realizada em 10/1/2001 e da qual resultam claras divergências de entendimento quanto à utilização da **videoconferência em sede de inquérito**.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5

O Conselheiro Procurador-Geral da República informou o Conselho de que iria determinar a realização de um estudo acerca desse assunto.

10. O procurador-geral-adjunto Lic. *Augusto Serafim Bastos Vale e Vasconcelos* bem como os procuradores da República Lics. *Vitor Manuel Carvalho Coelho* e *Manuel Amorim Corga* foram autorizados a continuarem a exercer funções em Macau.

11. No caso do pedido de destacamento para a comarca da Maia, formulado por um procurador-adjunto, o Conselho decidiu que o mesmo deverá aguardar até à realização do próximo movimento.

12. Foi **autorizada** a nomeação dos procuradores-adjuntos Lics. *Fátima Adélia Pires Martins* e *José Manuel Dias Ribeiro de Almeida* para exercerem funções, em comissão de serviço, no Gabinete de Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça.

13. A apreciação da reclamação do movimento realizado em 31-01-2001 bem como do expediente relativo à Comissão de Protecção de Menores de Penela foi adiada depois de, em relação a cada um desses processos, ter sido designado um relator.

14. Foi ratificado o **destacamento** –ordenado pelo procurador-geral distrital de Coimbra - do procurador-adjunto Lic. *Carlos Manuel de Jesus Guerra* para a comarca de Pombal.

15. Tendo tomado conhecimento, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 97.º e 102.º do EMP do projecto de despacho relativo à actualização dos subsídios de fixação e de compensação, o Conselho deliberou congratular-se pelos aumentos verificados notando no entanto que, particularmente no caso do subsídio de compensação, se continua a não atingir os valores correntes de mercado.

16. Relativamente às exposições apresentadas por um magistrado acerca da deliberação que lhe aplicou a pena de demissão, o Conselho decidiu ordenar a repetição da notificação já efectuada bem como emitir a certidão solicitada.

Ainda acerca desse assunto, foi determinada, nos termos e para os efeitos do art. 80º, n.º 1, da Lei de Processo dos Tribunais Administrativos, por razões de grave urgência, o prosseguimento da execução daquela decisão, entretanto, impugnada contenciosamente.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6

17. Na *Secção Disciplinar* foi deliberado o **arquivamento** de 4 processos e determinada **conversão** em processo disciplinar de dois inquéritos.

Num dos processos arquivados, considerando que os termos utilizados pelo participante são susceptíveis de ofender a honra e consideração do magistrado visado, foi deliberado entregar- -lhe certidão da participação que, aliás, havia sido já requerida por esse magistrado aquando da sua audição no inquérito disciplinar.

Anexos

- [Aviso do movimento de magistrados previsto para 4 de Abril de 2001](#)
- [Intervenção do Procurador-Geral da República na Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial](#)
- Mapas de inspecções para o ano 2001
 - [Procuradores Adjuntos](#)
 - [Procuradores da República](#)
 - [Comarcas - inspectores](#)
- [V Conferência CONSUMO E JUSTIÇA - programa](#)